



## Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievalo  
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Jaume Aurell<sup>1</sup>

### Da historiografia medieval à contemporânea: o problema da referencialidade<sup>2</sup>

From Medieval to Contemporary Historiography:  
the Problem of Referentiality

---

#### Resumo:

O presente texto foi traduzido para o português a partir do capítulo intitulado *De la historiografía medieval a la contemporánea: el problema de la referencialidad* do livro *La historiografía medieval. Entre la historia y la literatura*, escrito por Jaume Aurell, professor catedrático da Universidad de Navarra, Espanha. O discurso de Aurell gira em torno dos aspectos do “problema da referencialidade”, enumerando e expondo brevemente as suas principais implicações no debate historiográfico atual. Outros pontos debatidos no texto são: o presentismo, as continuidades e descontinuidades no discurso histórico, o historiador como autor, os gêneros históricos, a história como narração e história e literatura. Ao final, Aurell realiza uma reflexão sobre a possibilidade de recuperação do passado a partir dos debates elencados em seu texto.

#### Palavras- chave:

Historiografia medieval; historiografia contemporânea; referencialidade.

#### Abstract:

This text was translated to Portuguese from the chapter *De la historiografía medieval a la contemporánea: el problema de la referencialidad* present in the book *La historiografía medieval. Entre la historia y la literatura*, written by Jaume Aurell, professor at the University of Navarra, Spain. Aurell analyses aspects of the “problem of referentiality”, enumerating and exposing briefly its main implications in the current historiographical debate. Others points discussed in the text are: presentism, continuities and discontinuities in the historical discourse, the historian as an author, historical genres, history as narration and history and literature. In the end, Aurell concludes with a reflection on the possibility of recovering the past from the debates listed in his text.

#### Keywords:

Medieval Historiography; Contemporary Historiography; Referentiality.

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático do Departamento de Historia, Historia del Arte y Geografía da Universidad de Navarra.

<sup>2</sup> Tradução realizada por Luciano José Vianna (Universidade de Pernambuco/campus Petrolina) a partir da publicação original em espanhol em AURELL, Jaume. (2016). *De la historiografía medieval a la contemporánea: el problema de la referencialidad*. In: AURELL, Jaume. *La historiografía medieval. Entre la historia y la literatura* (pp. 143-156). València: Publicacions de la Universitat de València. Agradecemos ao prof. Dr. Jaume Aurell pela concordância com a tradução do artigo para o português, e também à Publicacions de la Universitat de València pela autorização da tradução e publicação do capítulo traduzido.

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

## 1. O presentismo

A tendência ao presentismo condicionou a tarefa do historiador sob as formas mais diversas, ao longo de toda a história da historiografia. Na historiografia medieval este presentismo se faz evidente, por exemplo, no caso da mistificação da figura do herói fundador ou na exposição narrativa das genealogias dinásticas, assim como apresentei nos dois primeiros capítulos do livro.<sup>3</sup> Porém, seria muito ingênuo pensar que o presentismo é um fenômeno que ocorre somente nas sociedades que não tem uma verdadeira atitude crítica perante o passado. Nossa época, fundamentada na revolução historicista e positivista decimonônica, parece se orgulhar de se ter imunizado com respeito ao presentismo. A objetividade e o rigor parecem tê-la distanciado da pré-concepção de filtrar a realidade do passado através de um presente que se pretende consolidar. Entretanto, nenhuma época – e muito menos a atual – está isenta desta tendência.

O presentismo consiste em projetar as circunstâncias do presente no qual está inserido o historiador no passado que está analisando. Busca-se uma aplicação “prática” do passado no presente, habitualmente por razões políticas. A imagem do espelho pode ajudar a entender esta tendência: quando nos aproximamos do passado, simplesmente buscamos o mesmo ou o utilizamos como um espelho que nos permite ver a nós mesmos refletidos nele? Se nos deixarmos levar excessivamente pelo presentismo, nossa imagem do passado resulta deformada (pois, na realidade, não é o passado o que se reflete, mas sim o presente) e é mais suscetível de ser manipulada e colocada a serviço de determinados objetivos políticos e ideológicos do presente. O presentismo se faz talvez mais evidente na escrita da história anterior à revolução científica historicista do século XIX, por exemplo, nas crônicas medievais ou nas narrações de conquistas modernas. Entretanto, somente uma aproximação ingênua à historiografia do presente pode fazer pensar que nós, historiadores atuais, somos imunes a esta inclinação de filtrar o passado através do presente. Basta observar os critérios utilizados pelos governos para a preparação dos manuais de ensino secundário para confirmar esta realidade.

No meu ponto de vista, quem melhor definiu e descreveu a tendência dos historiadores ao presentismo, apresentando, além disso, uma visão ponderada entre as suas vantagens e inconveniências, foram David Lowenthal, John L. Gaddis e Gordon S. Wood. Lowenthal, através de sua bela metáfora “o passado como um país distante”, alertou aos historiadores para não caírem em nenhum dos extremos (presentismo ou passadismo – pesquisa antiquária), e criticou a inclinação pós-moderna em eliminar os limites entre o passado e o presente, entre história e memória (Lowenthal, 1995). O contemporaneísta Gaddis, especialista na história da Guerra Fria, serviu-se da

---

<sup>3</sup> Os capítulos são: *La función de las genealogías: el ritmo dinástico* e *La figura del héroe fundador: la mitificación de los orígenes*.

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

metáfora “a paisagem da história” para enfatizar a necessária perspectiva que o historiador deve ter do passado, sem mimetizar-se excessivamente com ele, mas, ao mesmo tempo, sem ficar em um excessivo distanciamento que convertiria em indefinidos os contornos das diversas paisagens da história (Gaddis, 2004). Finalmente, Wood defendeu, em sua clarividente reflexão sobre “os usos do passado”, uma necessária equidistância entre uma visão do passado excessivamente “arqueológica” – que geraria narrações do passado desinteressadas, sem nenhum interesse para a sociedade devido a sua falta de vida – e uma visão do passado tão próxima às necessidades do presente que se tornaria parecida de fato com ele, desnaturalizando-se (Wood, 2008).

No fundo deste debate está em jogo o pertencimento da história às ciências sociais (e, portanto, uma hegemonia da metodologia científico-quantitativa sobre a humanística-qualitativa) ou às humanidades. É o que Carlo Ginzburg descreveu certeira com a seguinte equação: “A aproximação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências experimentais desde Galileu arrastou as humanidades a um desagradável dilema: devem adotar um critério científico débil para alcançar resultados significantes, ou adotar um critério científico substancial para alcançar resultados pouco relevantes”. (Ginzburg, 1979: 276). As tendências científicas do positivismo, historicismo e marxismo (e também da vertente histórica do estruturalismo) optaram pela segunda possibilidade; a nova história narrativa e a nova história cultural, ambas associadas aos movimentos pós-modernos, pela primeira.

Uma inclusão da história nas humanidades e, portanto, a que utiliza seus próprios métodos independentemente de sua escassa relevância científica, é o que a torna mais humana e, então, de acordo com a natureza específica da história. Esta tendência “humanística” da história a predispõe mais para o presentismo; uma tendência “científico-social” da história a preserva teoricamente do presentismo (ainda que na prática se tem demonstrado que não é assim) ao criar uma distância crítica entre o passado e o presente. Entretanto, tal como destaca Gordon Wood, o presentismo certamente fomenta o perigo de prejudicar a integridade do “passadismo do passado”, de confundir passado com presente, mas preserva o historiador de uma excessiva distância emocional e empática com o passado, e de uma redução da história e da experiência humana a uma realidade material e quantificável. Deste modo, a historiografia das últimas décadas, junto com essa tendência de se fazer mais “humana”, preocupou-se mais em se conectar com sua audiência, e assim surgiram narrações de autores como *Montaillou* de Emmanouel Le Roy Ladurie, *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg, *O retorno de Martin Guerre* de Natalie Z. Davis e as produções televisivas de Georges Duby e Simon Schama, junto aos seus inesquecíveis *A Europa das Catedrais* e *Os olhos de Rembrandt*, respectivamente, somente para citar alguns poucos.

Entretanto, paradoxalmente, se prescindimos absolutamente do presente em nossas narrações históricas, caímos facilmente no “passadismo”, o que nos distancia da nossa audiência e corremos o perigo de reduzir o interesse de nossos escritos para

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

um número de leitores muito limitado, familiarizado com uma linguagem para iniciantes, habitualmente no marco de um academicismo sem alma. De fato, para mim, o “passadismo” inerte é um vício quase pior que o presentismo reducionista, ao nos aproximarmos à história como algo que não nos afeta para nada, sem nenhuma empatia, como uma relíquia pré-histórica em forma de escultura hierática. Então, a história perde todo o seu vigor, porque enlanguesce por falta de espírito, vida e paixão; se nós historiadores não tentarmos criar uma empatia com o próprio objeto de estudo, a história perde a sua importância. O historiador não é um autista fechado em suas investigações, um asséptico colecionador ávido de excepcionalidades ou peculiaridades, mas sim um cidadão que pretende aportar sua experiência intelectual do passado para uma correta solução dos problemas que ocorrem no presente. Portanto, é também sua responsabilidade estar bem informado sobre o que acontece ao seu redor – entre outras coisas, porque o laboratório do presente pode também dar-lhe muitas luzes para compreender o passado, em um incessante processo de ida e volta.

Por último, a tendência presentista dos historiadores é a que dá sentido e utilidade à própria subdisciplina que conhecemos como “historiografia”. De fato, boa parte da interpretação dos textos históricos medievais realizada nas últimas décadas (assim como pretendi realizar neste livro) não teria sido possível sem a carga presentista dos textos históricos medievais analisados: eles nos informam muitas vezes mais sobre o contexto no qual são elaborados que do passado que estão narrando. Em muitas ocasiões, em minhas investigações sobre os textos históricos medievais, vieram a minha mente aquelas palavras de Northrop Frye, citadas oportunamente por Clifford Geertz em sua autobiografia intitulada *After the Fact*: “o mito não descreve o que aconteceu no passado, mas sim o que ocorre no presente”.

Um exemplo muito característico do presentismo é a interpretação que se fez sobre a Guerra Civil espanhola desde a sua finalização há mais de sete décadas. As três gerações que se sucederam interpretaram-na de formas diversas, muito condicionadas ao seu presente: a triunfalista da pós-guerra, a denunciativa da Transição e a revisionista da atualidade. De modo que, quando alguém com um pouco de visão neutra compara essas três visões, parece-lhe que essas obras, cujos autores são muitas vezes historiadores profissionais, não fazem referência ao mesmo evento. Cada uma destas três gerações, a da pós-guerra, a da Transição e a mais recente, está condicionada em seu contexto por uma série de fatores e valores dos quais alguns historiadores podem se desvincular (e de fato se desvinculam), outros não podem se desvincular e outros que não querem se desvincular. Portanto, antes de julgar muito severamente a suposta falta de objetividade da historiografia medieval e a de outras sociedades tradicionais, antes deveríamos realizar o produtivo exercício de comparar determinadas interpretações polarizadas na historiografia atual. Neste sentido, parece-me que o presentismo não deve ser considerado como um “problema” para a história, para a disciplina histórica, mas, simplesmente uma realidade que se deve considerar no exercício da interpretação do passado. A realidade do presentismo remete também ao

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

debate em relação à “história e memória”, que é outro dos mais intensos no panorama atual, pelas conotações práticas que há em todas as sociedades.

## 2. Continuidades e discontinuidades no discurso histórico

Uma das consequências mais diretas que o presentismo tem na historiografia é que nos convida a pensar que nosso modo de ver e fazer a história, a história que se pratica em cada momento presente, é melhor que nos anteriores. Esta distorção está muito relacionada com uma visão retrospectiva do mundo ocidental desde o Iluminismo, que nos leva a pensar que todas as coisas estão em um processo evolutivo de progressão linear e ascendente. Este “grande relato” é aplicável a todas as realidades históricas, especialmente aquelas que tem uma carga ideológica intrínseca: o processo de secularização, o processo de urbanização, o processo de industrialização, o processo de enriquecimento, o processo de conhecimento, o processo de liberdade e o processo de igualdade. Esta tendência em pensar que as coisas vão melhorar sempre com o tempo, que identifica automaticamente “inovação” com “melhora”, solidificou-se no século XIX, em um momento em que a ciência fez alguns avanços certamente extraordinários.

A chamada historiografia Whig se aprofundou nesta tendência. O erro é transpor essa realidade a todo o conhecimento do homem e das ciências humanas. Porque todas as civilizações tem seus ápices e seus declínios, como tem analisado grandes filósofos da história, como Agostinho de Hipona, Giambattista Vico, Benedetto Croce ou Robin Collingwood. Há evoluções a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo, segundo a terminologia de Fernand Braudel, e cada uma delas apresenta seus ritmos. Portanto, qualquer visão excessivamente linear e simplista da história leva a algumas reduções que não tem nenhum sentido.

Paradoxalmente, um dos coletivos que mais sofreu esta distorção foram os próprios historiadores. Parece que nosso modo de praticar a história, atualmente, é o melhor, porque é o mais científico, o mais honesto, o mais rigoroso, o mais objetivo. Certamente, a história tem dado muitos passos nos últimos séculos, sobretudo no que faz referência a sua profissionalização, especialização e rigor metodológico, e o legado da revolução historicista deixou uma impressão já definitiva na disciplina histórica, no meu ponto de vista. Porém, não necessariamente tem que ser “a melhor”. É muito útil, por exemplo, retroceder ao auge da consideração da história como ciência, durante os anos cinquenta e sessenta do século passado, com a implantação dos três grandes paradigmas: marxismo, estruturalismo e quantitativismo. Eram os anos de um grande otimismo epistemológico, que se viram refletidos com a hegemonia da história entre as ciências sociais. Mas, precisamente nos anos oitenta houve uma severa revisão se estas metodologias se adequavam ao verdadeiro objeto e ao objetivo da história: talvez no caminho se havia perdido algo essencial, o estudo das pessoas, afogadas nas



Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

dominações do poder, nos processos sociais e nas estruturas econômicas. Não quero, com isso, desautorizar esses grandes historiadores marxistas e dos *Annales*, como Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Edward Thompson e Eric Hobsbawm, entre outros, que são gigantes comparados conosco. Simplesmente postulo que se deve considerar que cada época tem um contexto determinado – com suas tendências intelectuais, servidões ideológicas e equilíbrios de poder – que influencia notavelmente na história, mas que não necessariamente tem que ser “melhor” nem “pior”, mas sim a tentativa mais honesta de fazer história o mais referencial possível.

Portanto, a história, que em cada momento é “atual”, não tem porque ser a *melhor* história. Isso tem como consequência o respeito que devemos ter por todas as tendências historiográficas que hoje convivem, assim como todas as correntes das épocas anteriores. Me parece que o essencial na historiografia é o rigor pela referencialidade, a paixão pela boa escrita e o apreço pelo debate respeitoso, mais que o considerar-se “superior” às tendências anteriores ou às atuais que não se compartilham. Dentro destas coordenadas, a história se enriquece com o pluralismo metodológico e epistemológico. Isso implica que os historiadores deveriam respeitar-se uns aos outros, mais além dos planteamentos teóricos e as aproximações metodológicas de cada um. A única coisa não respeitável é a invenção deliberada de dados ou a sua manipulação. Sempre pensei que o “ficcional” na história não vem tanto determinado pelo seu compromisso com a narração (o *modo* como se escreve a história) como pela eventualidade de que algum historiador possa inventar ou forçar algum dado (o *conteúdo* das histórias): ainda que seja somente um entre um milhão, se se trata de um movimento deliberado e não um erro por inadvertência, no meu ponto de vista, toda essa obra (e me atreveria a dizer que toda a produção desse autor) fica viciada como “história”, e deve ser transportada para as estantes de “ficção”. Mas, resolvendo isso, acredito que há que ter um enorme respeito pelo trabalho de nossos colegas, pois, assim é o melhor modo de aprender com o trabalho deles.

Certamente, no panorama atual, dominado por uma visão pós-moderna, a ênfase nas discontinuidades e rupturas (e, portanto, em um ceticismo com respeito à ideia de “progresso”) tem dominado sobre as continuidades e o progresso. Neste sentido, a história genealógica sugerida por Michel Foucault se fez hegemônica diante do mais linear dos grandes paradigmas desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial, como o marxismo, o estruturalismo e a cliometria. O que me parece essencial, no panorama atual, é que a crítica a esses valores – que são, em definitivo, um legado do Iluminismo – não mova a história para a incerteza do ceticismo e do relativismo.

## O historiador como autor

Sempre pensei no trabalho do historiador como um artista em seu estudo, mais que um científico em um laboratório. Isso me distancia da consideração da história

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

como ciência. Por isso, tampouco me satisfaz a expressão da história como “ciência humana”, a não ser que o conceito “ciência” se assimile ao de “conhecimento”, algo que se reflete melhor nas línguas inglesa e alemã que nas latinas. Aqueles que postulam que a história é uma ciência consideram implicitamente que o historiador não é mais que um mero transmissor entre o seu objeto de estudo (o passado) e sua audiência (seus receptores no presente), entre o passado e o presente. Entretanto, o historiador não atua como alguém que realiza um experimento, consciente de que se preserva uma metodologia, alguns processos, conseguirá um resultado determinado, pois é consciente de que neste processo de conhecimento existe um fator, pelo menos, que não se pode prever nem sistematizar: a liberdade humana.

O historiador não é, portanto, um mero transmissor, é mais bem um mediador ativo, e muitas vezes com uma *agenda* determinada, mais ou menos explicitada, ou conscientemente reconhecida. É alguém que se coloca entre os eventos do passado e a representação destes eventos feita a partir do presente, que realiza suas eleições na temática, na metodologia, na orientação epistemológica, na adoção e no rechaço de determinados materiais, e no desenvolvimento de um determinado estilo narrativo.

Agora, considerar o historiador como um autor mais que como um científico, complica as coisas. Certamente, o historiador deve partir de uma sistemática reunião da documentação e a aplicação rigorosa de uma metodologia. Queiramos ou não, todos trabalhamos com metodologias. Os críticos literários, que vivem da mesma forma no reino das humanidades, também selecionam suas metodologias, e costumam liderar a vanguarda da inovação teórica entre as outras disciplinas humanísticas, pela própria natureza do seu objeto de estudo. A disciplina histórica tem importado, de fato, muitas de suas metodologias da crítica literária, sobretudo a partir dos anos 70 do século passado, a começar pela publicação da *Metahistória* de Hayden White, e o que veio depois dela. Porém, além de ser sistemático na reunião documental e rigoroso na aplicação de uma metodologia, o historiador deve ser cuidadoso na apresentação narrativa de todo este material. Aí sim é que não podemos duvidar que existe uma autoria, uma implicação e *intenção autoral*, algo que expor com cautela, por todas as implicações estéticas, cognoscitivas e éticas que estão implicadas, mas, que é uma realidade.

Na questão da autoria dos historiadores, parece-me muito significativo o “giro ético” que deu o próprio Hayden White em seu processo analítico da obra histórica, que se iniciou faz uns cinquenta anos. Primeiro, propôs a questão estética que surgia da ênfase que colocou em considerar que a obra histórica se podia equiparar a um artefato histórico, pois, conservando seu conteúdo referencial, identificava-se com a literatura através da forma, pois ambas apresentavam seus resultados em forma de narrativa. Esta asseveração estética, formal, também tinha implicações cognoscitivas, epistemológicas, pois a obra histórica devia ser interpretada como uma obra literária, o que levava ao destaque de determinadas teorias literárias (como a teoria dos tropos) que podiam levar a história ao campo da imaginação, e eventualmente impeli-la ao

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

âmbito ficcional. E daí chegou o giro ético de White, pois, em suas últimas publicações, está enfatizando que é responsabilidade do historiador que este deslizamento literário não degenere em pura invenção autoral. O intenso debate em torno à historicidade e a representação do Holocausto tem muito a ver com esta correspondência ética não somente da obra de White, mas também de outros muitos teóricos da história na atualidade, como Gabrielle M. Spiegel, Dominick LaCapra e Frank Ankersmit.

## Os gêneros históricos

A maioria de nós temos começado praticando o gênero da monografia histórica, sobretudo através da construção de uma tese de doutorado na qual tivemos que nos familiarizar com as práticas que a aprendizagem de nossa disciplina requer. Nos ensinaram a fazer as seguintes perguntas: o que? (tema), quando? (tempo), onde? (espaço), como? (desenvolvimento), localizar uma documentação, tratá-la sistematicamente através da aplicação rigorosa de uma metodologia adequada e apresentar os resultados de forma narrativa. Provavelmente, trata-se do melhor modo de se preparar para o desenvolvimento futuro de uma profissão histórica.

Certamente, a monografia é o gênero histórico que mais nos ajuda a compreender nosso próprio trabalho. Agora, depois temos que saber respeitar e, se for necessário, praticar outros gêneros: a biografia, a história narrativa, assim como as mais recentes: filmes e documentários, novelas gráficas, jogos de computador, reproduções teatrais ou populares do passado (*performances*), novelas históricas e diversas formas de narrativa em primeira pessoa. E, com certeza, compreender que, assim como na historiografia contemporânea se consideraram como ortodoxos e convencionais unicamente os gêneros monográfico e biográfico, em outras épocas existiram outros gêneros históricos hegemônicos, como os anais, as genealogias, as crônicas e as autobiografias, e não por isso foram “piores”. Simplesmente, eles respondiam melhor às necessidades de sua época, e sua particular forma de representar o passado ajustou-se melhor com as demandas de sua audiência – que sempre é a melhor garantia para que a história não se distancie de seu verdadeiro objetivo, o serviço da sociedade, e não caia em uma linguagem autosuficiente e autorreferencial –. Para mim, uma das manifestações mais claras de que os historiadores entenderam este necessário respeito é a proliferação da escrita da autobiografia entre eles. Nisso, seguiram o conselho que foi dado nos anos sessenta do século passado o historiador britânico A. J. P. Taylor: “todo historiador deveria escrever uma autobiografia”. Mais além da natural vaidade dos acadêmicos em mostrar os frutos de toda uma vida dedicada ao estudo, a experiência de narrar o próprio passado tem para o historiador algumas implicações, na teoria e na prática, que não deveriam menosprezar.



Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

O essencial, neste ponto, é compreender que as diversas formas de escrita histórica, os gêneros históricos, tem um regime de historicidade – ou seja, variaram muito ao longo dos séculos – e, portanto, é um fato empiricamente demonstrável que gozam da flexibilidade necessária para adaptar-se às condições dos diferentes contextos e às eleições dos próprios autores, os historiadores. Isso nos leva à pergunta: por que os gêneros históricos tem sido abandonados como fontes de conhecimento histórico e historiográfico? No fundo, esta é a pergunta essencial que me fiz desde o começo da minha aproximação à historiografia medieval. Eu sempre me pergunto, ao ler um texto histórico de qualquer época: este texto histórico que estou lendo pertence a qual gênero? Quais relações há entre o conteúdo que a obra histórica representa e o modo específico (forma) de representá-lo? Ou, eventualmente, quais gêneros combina? Ou, quais gêneros coabitam em seu conteúdo? Porque, inclusive dentro das biografias há subgêneros. Assim, busco também adjetivos à biografia: trata-se de uma biografia política, intelectual, uma biografia que tenta se fazer com todo o personagem?

Aqui se deveria observar um momento o *paper*, este gênero importado recentemente – por razões de produtividade estritamente profissionais, de dependências disciplinares e de tensões de poder acadêmico – das ciências experimentais. No meu ponto de vista, o *paper* aplicado às humanidades, e particularmente à história, é um gênero muito limitado. Não nego que pode haver um entre muitos que realmente aporte algo substancial a nossa disciplina – como o artigo que Lawrence Stone publicou na revista *Past and Present* em 1979 sobre o surgimento da nova narrativa, que teve tanta influência posteriormente –. Um *paper* pode apresentar as conclusões de uma investigação, um exercício de síntese mais ou menos relevante, um avanço desta investigação. Porém, é muito difícil que em um breve ensaio científico, que além disso está aprisionado por algumas rígidas regras formais, pode-se apresentar uma investigação histórica das que realmente fazem avançar a profissão e o conhecimento histórico: a realidade histórica é demasiado complexa em si mesma para ficar limitada nas estreitas e arbitrárias convenções deste novo gênero.

## A história como narração

Além da monografia e da biografia, outro dos gêneros “tradicionais” da história é a história narrativa, velha e nova, a anterior à revolução historiográfica científica do século XIX e a posterior ao *boom* do pós-modernismo. Há historiadores capazes de criar estas histórias narrativas que nos ajudam muito a nos colocarmos no mais humano da história. Sempre lembro a história dos camponeses Martin Guerre e sua mulher Bertrande, de Natalie Z. Davis, a história do moleiro Menocchio, de Carlo Ginzburg, as histórias das lutas de animais de Robert Darnton e Clifford Geertz, e a história de *Os olhos de Rembrandt*, de Simon Schama, como modelos acabados de uma

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

acertada história narrativa, colocando em jogo a imaginação propriamente histórica, sem perder uma parte de veracidade.

A narração é a forma mais humana de aproximar-se aos eventos humanos, precisamente porque a própria vida se experimenta em forma de narração. Isso sempre me ajudou muito a compreender o desenvolvimento da minha própria escrita da história, e para a compreensão das escritas dos meus colegas historiadores. Um dia, Alejandro Llano, um colega meu da Universidade de Navarra, filósofo, deixou-me uma nota sobre minha mesa de trabalho com uma reflexão de E. H. Carr: “Gerald Brenan (o hispanista) comentou-me uma vez que havia abandonado a esperança de encontrar a ‘verdade’ através do método dos historiadores profissionais, e que esta somente podia ser captada através da desinibida imaginação das novelas.” Inicialmente, pareceu-me uma anotação um pouco desagradável, até mesmo uma piada de mau gosto por parte do meu colega filósofo, mas, depois pensei muito sobre isso, recordando também algo de Aristóteles, de que o reino da literatura é maior porque trata do “possível”, enquanto que a história somente trata do “real”. A história se torna principal quando, sem perder nada de sua referencialidade, é mais capaz de negociar com este algo tão essencialmente humano que é a narração das histórias. Como sustentou Robert A. Rosenstone em sua autobiografia, “finalmente, não são os fatos os que nos fazem como somos, mas sim as histórias que nos contaram e as histórias que acreditamos”.

Há poucas leituras tão úteis para se formar um correto juízo histórico como aquelas que refletem sobre a função da narração na recuperação e na representação do passado, como *Tempo e Narrativa* de Paul Ricoeur, *A escrita da História* de Michel de Certeau, *Mimesis* de Erich Auerbach e *The Dialogic Imagination* de Mikhail Bakhtin. Estas obras contribuem para entender que dificilmente se pode recuperar o passado se não for através da narração. Através da linguagem quantitativa captamos somente um aspecto muito concreto e tendencioso do passado, e muito limitado e moldado pelas próprias condições que nós mesmos temos previsto (quando não “pré-julgado”) para a análise documental.

Entendo que os historiadores estamos em dívida com a sociedade. E, portanto, nossa linguagem tem que ser uma linguagem compreensível. Não podemos nos resguardar em uma linguagem de jargão, somente para iniciantes, porque o nosso trabalho não é um trabalho autorreferencial. Nosso objetivo é dar um produto à sociedade que contribua para que essa sociedade compreenda melhor o seu próprio passado, sua própria identidade.

## **História e Literatura**

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

Outro grande debate que a história experimentou, e hoje mais que nunca, é a relação entre história e literatura. Em boa medida, a minha aproximação à historiografia medieval está motivada também pelo meu interesse em averiguar as relações entre ambas. Em que coincide a história com a literatura? História e literatura se diferenciam no conteúdo (referencial na primeira, imaginativo na segunda), mas coincidem na forma, pois, não há outro modo de representar a realidade do passado que pela forma narrativa (ainda que se utilize uma linguagem mais ou menos analítico-científica ou de gêneros muito diversos). Onde está, então, a diferença? Esta é a pergunta que me ajuda a não cair no sem sentido do relativismo ou do ceticismo. A diferença está em que, na história, o conteúdo deve ser não somente verossímil, mas também referencial, verídico, real. Porém, como historiador, não me custa nada aceitar que *formalmente* a obra histórica tem o mesmo aspecto que a literatura.

Entretanto, e aqui começa a complexidade, é uma evidência que na vida real nunca podemos separar completamente, de uma forma neutra, o conteúdo da forma. Isso nos conduz à conveniência de que o historiador se familiarize com as técnicas e metodologias próprias da crítica literária e leia “boa” literatura. Há muito de humano que somente pode ser captado pela literatura, assim como dizia o conselho de Carr que acabo de citar. A célebre frase de *O pequeno príncipe* (“o essencial é invisível aos olhos”) pode dizer muito mais que cem tratados históricos cheios de erudição. Mas, a história contribui para explicitar estas intuições dos poetas.

Às vezes, tenho considerado a questão das relações entre a história e a literatura como uma questão de equilíbrios. Quando os historiadores focam muito no conteúdo, obsesionam-se com os aspectos metodológicos e se aproximam excessivamente às ciências sociais e experimentais, deixam de apresentar à sociedade produtos verdadeiramente compreensíveis e se refugiam em uma escrita acadêmica e de jargão na qual ela mesma se volta, paradoxalmente, antirreferencial. Este é o debate interno que tem mantido os grandes historiadores do século XX, bem refletido na evolução de seus próprios autores mais representativos, assim como sugere a enorme distância metodológica que existe entre *Maconnais* (1958) e *O domingo de Bouvines* (1973) de Georges Duby, no “clássico” Edward Thompson ortodoxamente marxista ou na via culturalista do último Thompson. Ou a evolução de Emmanuel Le Roy Ladurie, que havia declarado que “o historiador será um programador ou não será” e, poucos anos depois, conseguiu com sua narração da vida cotidiana de um pequeno povoado francês, perdido no meio dos Pirineus, *Montaillou* (1975), um êxito completo de vendas e crítica, um verdadeiro *best-seller*.

A partir de uma perspectiva teórica, é conhecido o trabalho do mencionado historiador Hayden White, que, no decorrer de toda sua carreira, tentou decifrar as complexas relações entre o conteúdo e a forma nas narrações históricas. Neste sentido, é bem significativo que um dos títulos de suas coleções de ensaios seja *O conteúdo da forma*. Trata-se de uma fórmula muito expressiva para significar que o conteúdo está na forma, assim como a forma está no conteúdo: não há nada da forma

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

de uma obra histórica que não faça relação, de um modo ou outro, ao conteúdo. E vice-versa.

### **É possível recuperar o passado?**

Hoje em dia, muitas das tendências que surgiram nos rastros da onda pós-moderna negam a validade da história como uma possibilidade de recuperar o passado. Entretanto, parece-me que há aqui um equívoco que convém averiguar. O que não podemos recuperar, no meu ponto de vista, é o próprio passado. Isso me parece um sentido comum. Porém, nós historiadores temos a responsabilidade de recuperar o passado de forma cognoscitiva, de um modo mais preciso possível, através da sua escrita, através da sua narração.

A *história* não é propriamente o passado, mas sim a forma que nós temos de recuperá-lo. De fato, a atração da sociedade pela história vem determinada por um veemente desejo da recuperação do passado, mas, ao mesmo tempo, da dolorosa consciência de sua irreparável perda. Por este motivo, nosso desejo veemente pela história tem um componente elegíaco, o mesmo que se experimenta pela morte de algo querido que já forma parte do passado. Toda esta atitude concretou-se nas últimas décadas em uma tensão entre a consciência de um passado irrecuperável e a função da história como albergue nostálgico da sua presença. Esta presença se reconhece simultaneamente como algo ausente e nostálgico, como um inalcançável objeto de desejo. Gabrielle M. Spiegel resume em uma incisiva frase o que, no meu ponto de vista, é um dos enunciados mais lúcidos que se fez do pós-modernismo historiográfico: “o desejo de recuperar o passado e o reconhecimento da impossibilidade de fazê-lo”. Esta fórmula retoma como nenhuma outra a mesma contradição na qual se encontrou o pós-modernismo em seus primeiros tempos, em seus tempos “clássicos” dos anos setenta e oitenta do século passado: por um lado, o doloroso desejo de recuperar um passado perdido e, por outro, a angústia do reconhecimento da impossibilidade de recuperá-lo de fato, o que gera uma frustração intelectual que se projeta, por sua vez, nas próprias convicções epistemológicas.

A escrita do passado não é o passado em si, mas é a única forma que está a nossa disposição para recuperá-lo. Proponho que, pelo menos, já que não podemos realizar uma recuperação literal do passado, tentemos sua recuperação narrativa; se não acreditamos nisso, nosso trabalho deixa de ter sentido – ou se limita a um sentido *retórico* – e, portanto, de um tipo não especificamente histórico.

E aqui chegamos a uma das questões que todo historiador se perguntou alguma vez em seu difícil e tralhososo ofício por averiguar o passado: o que é a verdade? A distinção entre real e ficcional, entre objetivo e subjetivo, temos mais clara – ainda que alguns se empenhem em confundir duas categorias, que são diferentes, e confundem

Aurell, Jaume.

Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodaafortuna.com](http://www.revistarodaafortuna.com)

“subjetivo” com “ficcional”, ou reduzem a “verdade” ao “real” –. Porém, a questão da “verdade” é mais complexa, talvez porque transcende a realidade histórica e se introduz na filosófica e teológica. A realidade *histórica* – o experimentado pelas pessoas de todos os tempos – já não é uma questão tão ontológica como a verdade a nível filosófico. Mas, a verdade como tal podemos vislumbrar tanto através de narrações históricas como das imaginativo-ficcionais. Isso me parece relevante porque boa parte da ficção, se tem um mínimo conteúdo ético-moral, é verdade.

E aqui, uma vez mais, o estético (a percepção da forma narrativa na história) nos leva ao cognoscitivo (o problema da relação entre forma e conteúdo, entre ficção e realidade), e o cognoscitivo ao ético. Transpondo o que tenho afirmado do dever moral do historiador a respeito da sociedade, no trabalho do historiador, além do rigor nos dados, o tratamento sistemático e a preocupação pela audiência, para mim é muito importante a honestidade como historiadores. Mais além das complicações teóricas e epistemológicas da nossa atividade (nível cognoscitivo), e da busca da beleza (nível estético), o que assegura a honestidade da nossa disciplina é o nosso compromisso com a referencialidade (nível ético) e, em última instância, com a busca da verdade.

## Referências

Auerbach, E. (1968). *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*. Princeton: Princeton University Press.

Bakhtin, M. (1981). *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press.

Certeau, M. de. (1975). *L'écriture de l'histoire*. Paris.

Darnton, R. (1984). *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*. New York.

Davis, N. Z. (1982). *Le retour de Martin Guerre*. Paris: Laffont.

Gaddis, J. L. (2004). *The Landscape of History: how Historians Map the Past*. Oxford: Oxford University Press.

Geertz, C. (1995). *After the Fact. Two Countries, Four Decades, One Anthropologist*. Cambridge: Harvard University Press.

Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures. Selected Essays*. New York. Basic Books.



Aurell, Jaume.  
Da historiografia medieval à contemporânea:  
o problema da referencialidade  
[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

Ginzburg, C. (1976). *Il formaggio e i vermi*. Il cosmo di un mugnaio del '500. Turín: Einaudi.

Le Roy Ladurie, E. (1975). *Montaillon*. Village occitan de 1294 à 1324. París: Gallimard.

Lowenthal, D. (1995). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ricoeur, P. (1983-1985). *Temps et récit*. París: Seuil.

Rosenstone, R. A. (2005). *The Man Who Swam into History: The (Mostly) True Story of my Jewish Family*. Austin: University of Texas Press.

Schama, S. (1999). *Rembrandt's Eyes*. Londres: Knopf.

Stone, L. (1979). The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. *The Past and Present*. A Journal of Historical Studies, 85, 3-27.

White, H. V. (1973). *Metahistory*. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Wood, G. S. (2008). *The Purpose of the Past*. Reflections on the Uses of History. New York: The Penguin Press.

**Autor convidado**  
**Artigo traduzido da versão original em espanhol**